



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/1131/2022	31/03/2022	Sai-AP/2022/11	19/05/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 338/XII – Pedido de informação sobre o "Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores, apresentado pelos Senhores Deputados Célia Pereira, Vilson Ponte Gomes e Tiago Lopes, do Grupo Parlamentar do PS

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Célia Pereira, Vilson Ponte Gomes e Tiago Lopes, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. Cópia do Relatório de Gestão e Atividades do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores:

Os relatórios de gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores foram remetidos pela Casa de Saúde de São Miguel à (ex) Secretaria Regional da Saúde - Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências - através dos ofícios números 53/2020, 135/2020 e 178/2020, cujos se encontram em anexo (1 a 3).

2. Desde quando se encontra encerrada esta estrutura e quais os motivos do encerramento?

Foi assinado a 3 de junho de 2019, o Contrato de concessão e gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores com o Instituto S. João de Deus – Casa de Saúde de S. Miguel, por um período de três anos, com um preço global de 1,5 milhões de euros.

Esta estrutura engloba uma unidade de desabitação (UD) com 10 camas que visa o tratamento da síndrome de privação através de internamento programado de curta duração (7 a 15 dias) e uma comunidade terapêutica (CT) com 20 camas que visa um tratamento de longa duração (3 a 12 meses), em espaço residencial promovendo a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
reabilitação biopsicossocial através dos vários programas terapêuticos, destinado a jovens dos 14 aos 24 anos.

O CRJA esteve em funcionamento de novembro de 2019 a 1 de abril de 2020, tendo sido realizadas as seguintes admissões:

	2019	2020
Unidade de Desabilitação	14	27
Comunidade Terapêutica	0	6
Valor Pago SReS/DRPCD	12.292,50€	29.621,16€

A 31 de março 2020, a CSSM, via ofício, comunicou à DRPCD que, no âmbito do plano de contingência para o COVID 19 e de forma a fazer frente às necessidades proeminentes da CSSM, não era viável a manutenção do CRJA, pelo que os 3 utentes que estavam em comunidade terapêutica seriam transferidos para a Clínica S. João de Deus, onde manteriam o seu plano terapêutico.

Por decisão do Governo Regional dos Açores, a estrutura foi utilizada como estrutura de retaguarda para alojamento de utentes em isolamento profilático ou diagnosticados com teste positivo à COVID-19, nos seguintes períodos: 22 a 30 de abril de 2020, 1 a 23 de maio de 2020, 5 a 17 novembro de 2020 e de 4 a 17 de novembro de 2020.

Considerando a evolução da situação pandémica quer em Portugal Continental, quer na Região Autónoma dos Açores, a Casa de Saúde de S. Miguel decidiu em concordância com a Secretaria Regional da Saúde manter o centro encerrado.

Para além do encerramento por consequência da situação pandémica, a CSSM no decorrer do contrato, comunicou por diversas vezes, via ofício (53/2020, 135/2020, 178/2020), que a execução do contrato em causa não estava a corresponder às expetativas criadas e identificadas pela Região, pelo que a manutenção do contrato nos moldes em que foi efetuado colocava em causa a sustentabilidade financeira, não apenas do CRJA mas de todo o ISJD-CSSM, uma vez que:

1. Verificava-se uma baixa taxa de ocupação e um baixo número de referenciações, levando a uma diminuição da receita;
2. O valor faturado à DRPCD abaixo do exetável e do previsto no contrato de concessão;
3. O valor gasto com pessoal, valor fixo mensal de 26.068,00€, independentemente do N° utentes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

4. O resultado líquido ascendeu os 25.000,00€ negativos em dezembro 2019 nos centros de custo do CRJA;
5. O prejuízo total até 31/01/2020 já ascendia os 68.000,00€ sem contabilizar os serviços de apoio ao CRJA, alocados à CSSM (manutenção, lavandaria, serviços administrativos, farmácia, armazém e logística).

A CSSM apresentou várias propostas para fazer face às dificuldades acima mencionadas, nomeadamente:

1. Introdução de uma taxa de sustentabilidade, isto é sempre que a taxa de ocupação da CT e/ou da UD fosse inferior a 80%, o ISJD-CSSM receberia como se a ocupação estivesse a 100% para fazer face às despesas;
2. Alargamento da faixa etária;
3. Convencionar camas na CT para utentes fora da RAA;
4. Alteração do nº de camas para a Unidade de Desabilitação e Comunidade Terapêutica, passando a UD a contemplar 15 camas e a CT a contemplar 8 camas.

Relativamente às propostas, e após a sua análise, no que diz respeito ao enquadramento legal, a DRPCD comunicou à CSSM, o seguinte:

1. A introdução da taxa de sustentabilidade não tem enquadramento legal;
2. Autorizada a alteração da faixa etária dos 14 aos 30 anos, em detrimento dos 14 aos 24 anos, uma vez que a mesma não implicava uma modificação substancial do contrato;
3. Foram estabelecidos contactos entre a DRPCD e o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), uma vez que é a entidade responsável pelas convenções ao nível de Portugal Continental;
4. A alteração do número de camas afeto a cada um dos modelos terapêuticos previstos implica uma modificação substancial ao contrato e implica uma alteração que, se fizesse parte do Caderno de Encargos, teria ocasionado a admissão de novas propostas, incumprindo, nesses termos, os limites estipulados para a modificação do contrato público, de acordo com o disposto nas als. a) e c) do n.º 1 do art.º 313.º do Código dos Contratos Públicos.

No decorrer do contrato foram realizadas várias reuniões entre a CSSM e a DRPCD (Gestora do Contrato) para acompanhamento do contrato, cujas se encontram registadas em ata.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Face ao acima exposto, o CRJA manteve-se encerrado, tendo sido assinada a 23 de julho de 2021 a revogação por acordo do contrato de concessão e gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores.

3. Tendo em conta a dinâmica dos padrões de consumo, a influência da pandemia nos mesmos e pressupondo a necessidade de reconversão das modalidades de tratamento (à semelhança do que acontece no continente), encontra-se prevista alguma transformação em termos de programas em termos de programas e valências pensada para esta unidade e este público?

No que diz respeito à reconversão das modalidades de tratamento ou a alguma transformação em termos de programas, só serão implementadas ou efetuadas por indicação/orientação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), entidade de âmbito nacional que tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências, bem como pelo desenvolvimento de instrumentos técnicos normativos e linhas de orientação que garantam e sustentem boas práticas. Relativamente ao CRJA, enquanto unidade de internamento, neste momento encontra-se em fase de reavaliação sendo posteriormente informado o seu propósito.

4. Qual o número de jovens entre os 14 e os 24 anos atualmente em tratamento na RAA? Em que programas de tratamento?

Nas Comunidades Terapêuticas convencionadas com a RAA, neste momento, encontram-se 5 utentes (3 transitados de 2021 e 2 admitidos em 2022) dos 14 aos 24 anos.

Na Unidade de Saúde da Ilha Terceira estão 8 utentes em Programa de Substituição Opiácea e 74 utentes em Programa Livre de Drogas.

Em S. Miguel, na ARRISCA, no total 78 utentes estão inscritos nos programas de tratamento com a seguinte distribuição:

DESABITUAÇÃO ALCOÓLICA - **1**

DESABITUAÇÃO SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS - **10**

MONITORIZAÇÃO DA ABSTINÊNCIA E PREVENÇÃO DA RECAÍDA - **23**

PROGRAMA APOIO PSICOLÓGICO (ENTREVISTA MOTIVACIONAL) - **1**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

PROGRAMA DE APOIO PSICOSSOCIAL (ENTREVISTA MOTIVACIONAL E APOIO SOCIAL + AGUARDAR CT E OU DESABITUAÇÃO) - **19**

PROGRAMA DE TRATAMENTO PATOLOGIA DUAL – **2**

PROGRAMA DE TRATAMENTO DOENÇA MENTAL – **5**

PROGRAMA DE TRATAMENTO POR ANTAGONISTA OPIÁCEO – **1**

PROGRAMA DE TRATAMENTO AGONISTA OPIÁCEO – **7**

REDUÇÃO DE DANOS – **9**

Na ALTERNATIVA – Associação Contra as Dependências encontram-se 19 utentes no Programa Preventivo (jovens que realizam apenas despiste de SPA), 10 utentes no Programa Livre de Drogas, 18 utentes no Programa de Consultas Motivacionais, perfazendo um total de 47 utentes na faixa etária referida.

5. Qual o número de indiciados para as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência na RAA entre os 16 e os 24 anos nos últimos dois anos?

A comissão para a dissuasão da toxicodependência da Horta tem competência territorial para as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. Quanto ao número de indiciados dos 16 aos 24 anos, informa-se que são 7.

A comissão para a dissuasão da toxicodependência de Angra do Heroísmo tem competência territorial para as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge. Relativamente ao número de indiciados dos 16 aos 24 anos, informa-se que são 59.

A comissão para a dissuasão da toxicodependência do Grupo Oriental, sediada em Ponta Delgada tem competência territorial para as ilhas de S. Miguel e Santa Maria. No que diz respeito ao número de indiciados dos 16 aos 24 anos, informa-se que são 208.

Assim, no total na RAA o número de indiciados entre os 16 e 24 anos, nos últimos 2 anos, é 274.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública



**Exma. Sra. Secretária Regional da
Saúde**

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE
Solar dos Remédios
9701-855 Angra do Heroísmo

Ponta Delgada, 14 de fevereiro de 2020

V/ Ref.:

N/ Ref.:

53/2020

Exma. Senhora Secretária Regional da Saúde,

Atendendo a que o Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores (CRJA) é uma necessidade à muito identificada pelo Governo Regional dos Açores:

- Nas linhas estratégicas definidas já desde o X Governo Regional dos Açores que, na área da Saúde, nos objetivos da promoção da prevenção, combate e tratamento das dependências já previa a construção de um centro de reabilitação e tratamento de jovens toxicodependentes com menos de 18 anos;
- No Plano Regional de Saúde 2012-2016 com Extensão a 2020, designadamente nas ações a desenvolver, onde está identificado a abertura da primeira comunidade terapêutica na RAA (Solar da Glória em Ponta Delgada).
- No Plano de Ação Regional de Prevenção e Intervenção em comportamentos Aditivos e Dependências (PARPICAD) 2017-2020, no qual, um dos indicadores é a Abertura de uma Comunidade Terapêutica em São Miguel.

Com a abertura do Concurso Publico para a Concessão e Gestão do CRJA, o Instituto São João de Deus – Casa de Saúde S. Miguel (ISJD-CSSM), entendeu que tinha o dever, devido à sua experiência, de em articulação com o Governo Regional dos Açores ser mais uma vez parceiro, desta vez para a implementação do CRJA, cumprindo assim, o que está no Plano Regional de Saúde 2014-2016 extensão a 2020, na área de intervenção das dependências, colmatando uma necessidade identificada pela Região e para a qual a Região fez um avultado investimento, tendo por base certamente o seu conhecimento da realidade existente.

Assim:

- Por despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde, datado de 26 de abril de 2019, foi adjudicada a Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores ao Instituto São João de Deus – Casa de Saúde São Miguel, na sequência do concurso Publico (Procedimento n.º 35/2018);
- Foi celebrado entre os autorgantes, a 3 de junho de 2019, o Contrato de Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores;
- Foi celebrado um Aditamento ao Contrato a 3 de outubro de 2019, devido à reponderação das circunstâncias existentes, nomeadamente, a necessidade de se proceder a obras de melhoria e adaptação, muitas das quais ainda continuam pendentes



(fechaduras, sistema AVAC, torneiras, elevador, etc.) e que colocam em causa a segurança da assistência prestada;

- Ainda assim, o ISJD-CSSM tem sido um parceiro compreensivo com os atrasos nas obras de melhoria e adaptação, apesar dos diversos alertas efetuados;
- Mensalmente têm sido realizadas reuniões entre a Gestora do Contrato por parte da DRPCD e o ISJD-CSSM, onde nos respetivos memorandos estão referidas as nossas dificuldades.

Contudo, o facto é que a execução do contrato de concessão e gestão do CRJA não está a corresponder às expectativas criadas e identificadas pela Região, nos documentos referidos inicialmente, na medida em que:

- O CRJA atendeu até à data de hoje 28 utentes na Unidade de Desabilitação e apenas cinco utentes na Comunidade Terapêutica;
- O valor total faturado à DRPCD, de 20/11/2019 até 31/01/2020 foi de 22.221,90€, bem abaixo do expectável e do previsto em Contrato de Concessão: 99.373€ (53.640€ para a Unidade de Desabilitação e 45.733€ para a Comunidade Terapêutica) – inferior em 78%);
- Só em gastos com pessoal, o ISJD-CSSM tem um custo fixo mensal de 26.068€ (78.204€ em gastos com pessoal desde novembro de 2019 até 31/01/2020), sem contar com os honorários, onde está incluído o médico de Clínica Geral e Familiar (para fazer face à obrigatoriedade previsto no contrato de concessão);
- O investimento inicial do ISJD- CSSM (onde se inclui formação de colaboradores e equipamentos diversos) foi de 17.998,45€;
- O resultado líquido ascendeu os 25 mil € negativos em dezembro só nos centros de custos do CRJA;
- O prejuízo total até 31/01 já ascende os 68 mil€ negativos;
- Não estão aqui contabilizados todos os serviços de apoio ao CRJA, que estão a ser assegurados pelos colaboradores alocados à CSSM (Manutenção, Lavandaria, Serviços Administrativos, Farmácia, Armazém e Logística)

Atendendo à gravidade da situação, vimos propor a Sua Exa. a revisão do acordo estabelecido, uma vez que:

- Existe um baixo número de utentes encaminhados para o CRJA, o que coloca em risco a sustentabilidade e viabilidade do CRJA, alterando assim, os pressupostos iniciais do contrato: uma procura que permitisse a ocupação das 10 camas da Unidade de Desabilitação e das 20 camas da Comunidade Terapêutica;
- O baixo número de utentes encaminhados para o CRJA levou a uma diminuição acentuada das receitas esperadas e a um agravamento acentuado dos encargos previstos com a execução do contrato;
- Estamos igualmente a ser pressionados pelas empresas nossas parceiras, uma vez que, atendendo ao suposto aumento significativo do número de camas, tivemos que rever alguns acordos:
 - GERTAL: 2.218,11€/mês (por um período de 36 meses) + valor por refeição;
 - Higiaçores: 35,00€/mês;
 - Grenke/ Beltrão Coelho: renting das impressoras: 80,28€/mês (por um período de 36 meses) + custo por impressão;
 - Serviel (antiga PROVIDE): 40€/mês;



Para além destes, ainda estão em fase de negociação a exploração do Gerador e da desinfestação de pragas com a SEGMA e PEST CONTROL e estão pendentes os contratos com a OTIS (elevador) e Anticiclone (manutenção do AVAC);

- Apesar dos esforços que estão a ser desenvolvidos para a divulgação do CRJA (comunicações para as Instituições parceiras, campanhas publicitárias, etc.) é nossa convicção que ainda poderá levar alguns meses até conseguirmos atingir taxas de ocupação satisfatórias;
- Esta revisão do contrato não iria por em causa o acordo inicialmente previsto, na medida em que, a verba destinada à execução do contrato já está definida através das verbas inscritas no Plano Regional e afetas ao Programa 8, Projeto 6, Ação 6 (Prevenção/tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências).

Queremos ainda alertar para o facto de que não havendo qualquer alteração nos pressupostos do contrato e mantendo-se as taxas de ocupação atuais, apesar de todo o esforço realizado pelo ISJD-CSSM, o CRJA não será viável nos moldes atuais, e colocará em causa, inclusive a sustentabilidade da Casa de Saúde S. Miguel já a partir do mês de abril de 2020.

Assim sugerimos a introdução de uma taxa de sustentabilidade para o CRJA, isto é, sempre que a taxa de ocupação da CT e/ou da UD seja inferior a 80 %, o ISJD-CSSM receberia como se a ocupação estivesse a 100%, de modo a fazer face às despesas.


Ainda que se opte por outras estratégias já discutidas, como por exemplo, alargar a faixa etária na CT e convencionar camas na CT para utentes fora da Região, entendemos mesmo assim, que até estar consolidada a atividade do CRJA, a taxa de sustentabilidade referida anteriormente deveria ser aplicada na mesma.

Caso não haja qualquer resposta ao nosso pedido de alteração ao contrato inicial, ao ISJD-CSSM não restará outra alternativa, que não seja a séria reflexão sobre a resolução do contrato para a data referida anteriormente, o que colocaria em causa os postos de trabalho de quase 20 colaboradores que estão envolvidos neste projeto e deixando a Região sem esta resposta e necessidade identificada pelo próprio GRA.

Pedimos assim a Vossa atenção para este delicado e sensível assunto, estamos disponíveis para a marcação de uma reunião para que possamos encontrar pontos de convergência e promovermos a sustentabilidade do CRJA.

Despeço-me com os mais cordiais cumprimentos hospitalares.

O Diretor do Estabelecimento,


Paulo César Silva Braga



Exma. Sra. Diretora Regional de Prevenção e
Combate às Dependências
Dra. Suzete Frias
Solar dos Remédios
9701-855 Angra do Heroísmo
drpcd-sres@azores.gov.pt

C/C: Patricia.F.Lima@azores.gov.pt
Suzete.MM.Frias@azores.gov.pt

Ponta Delgada, 17 de junho de 2020

V/ Ref.:

N/ Ref.:
135/2020

Assunto: Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores (CRJA)

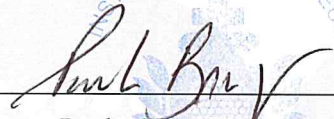
Exma. Sra. Diretora Regional de Prevenção e Combate às Dependências,

Na sequência dos contactos estabelecidos recentemente, vimos por este meio informar que devido à reorganização dos recursos humanos (necessidade de gozos de férias), decorrente da reestruturação que foi necessária efetuar devido à Pandemia Covid -19, considerando o baixo número de pedidos de internamento no CRJA e atendendo que algumas questões estruturais do edifício não foram ainda salvaguardadas, nomeadamente o sistema AVAC (muito importante nesta altura do ano), elevador e fechaduras (questão de segurança) entre outros.

É nosso entendimento que neste momento não estão reunidas as condições para reabertura do CRJA pelo menos durante o mês de julho, possibilitando assim à DRPCD o tempo para efetuar as correções necessárias e à nossa Instituição o tempo para a reorganização dos recursos humanos.

Ao dispor,

O Diretor do Estabelecimento,


Paulo César Braga



Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde
Dra. Teresa Machado Luciano
Solar dos Remédios
9701-855 Angra do Heroísmo

C/C: Tiago.AS.Lopes@azores.gov.pt
Suzete.MM.Frias@azores.gov.pt
Patricia.F.Lima@azores.gov.pt

Ponta Delgada, 09 de setembro de 2020

V/ Ref.:

N/ Ref.:

178/2020

Assunto: Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores (CRJA)

Exma. Senhora Secretária Regional da Saúde,

Na sequência dos nossos ofícios n.º 53/2020 e 119/2020 datados de 14/02/2020 e 20/05/2020 respetivamente e na sequência do contacto telefónico estabelecido pela Senhora Diretora Regional de Prevenção e Combate às Dependências no passado dia 28 de agosto a informar acerca da autorização de se alargar a faixa etária alvo de intervenção no Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores que passaria a ser dos 14 aos 30 anos, vimos reforçar e informar que:

A execução do contrato de concessão e gestão do CRJA não está a corresponder às expectativas criadas e identificadas pela Região.

O edifício apresenta lacunas de funcionamento e certificação já elencadas em outros ofícios e que não foram resolvidas até à data.

O CRJA atendeu 41 utentes na Unidade de Desabilitação (UD) e apenas 6 utentes na Comunidade Terapêutica (CT) e o número de pedidos de internamento desde o seu encerramento tem sido muito residual, apesar da campanha desenvolvida pelo Instituto São João de Deus – Casa de Saúde S. Miguel (ISJD-CSSM), no sentido de divulgar o serviço e dar resposta às solicitações.

A manutenção do contrato nos moldes atuais coloca em causa a sustentabilidade financeira, não apenas do CRJA, mas de todo o ISJD-CSSM, situação que para nós é incomportável.

Atendendo a que não tivemos uma resposta aos dois ofícios enviados, reforçamos o pedido da Vossa atenção para este delicado e sensível assunto e pedimos uma resposta ao mesmo até dia 20 de setembro, data limite para informarmos os colaboradores do CRJA acerca da rescisão dos seus contratos de trabalho.

Assim, valorizamos o alargamento da faixa etária já aprovado, contudo, continua a ser indispensável a introdução de uma taxa de sustentabilidade ou o pagamento de um duodécimo mensal que ajude a suportar as despesas fixas e a troca do número de camas da CT pela UD.

Caso tal não suceda, ao ISJD-CSSM não resta outra opção que não seja iniciar a partir de dia 20 de setembro o processo de resolução do contrato atual.



Permita-me realçar que o ISJD-CSSM tem tido ao longo de todo este processo uma postura de cooperação e descrição relativamente a este assunto, apesar da pressão por vezes exercida por outras forças políticas e comunicação social, estando sempre ao lado do Governo Regional dos Açores (GRA), na procura das melhores soluções para este problema.

Também gostaria de realçar que caso haja a resolução do contrato, o ISJD-CSSM estará disponível para eventualmente analisar e apresentar uma proposta para um novo concurso para a concessão e exploração do CRJA, com outras condições. Ou promover/desenvolver no edifício do Solar outras área de intervenção e respostas de acordo com a nossa experiência, capacidade instalada e necessidade real e efetiva da Região.

O ISJD- CSSM estará, tal como tem estado, ao longo de toda a sua história disponível para colaborar com o GRA e com a Secretaria Regional da Saúde, dentro do que são as suas capacidades e no âmbito da sua área de intervenção.

Despeço-me com os mais cordiais cumprimentos hospitaleiros.

O Diretor do Estabelecimento,


Paulo Cesar Braga
